

Justiça

em números

2019

SÚMARIO EXECUTIVO

Para a íntegra do **Relatório Justiça em Números 2019**, acesse:

bit.ly/JusticaEmNumeros2019

Senha: **JN2019**

Sumário

| | |
|------------------------------------|----|
| Movimentação processual | 4 |
| Recursos financeiros e humanos | 6 |
| Aumento da produtividade | 7 |
| Julgamento de processos antigos | 8 |
| Prioridade na porta de entrada | 9 |
| Justiça Eletrônica | 11 |
| Justiça Criminal | 13 |
| Conciliação | 15 |
| Especialização de varas e juizados | 16 |

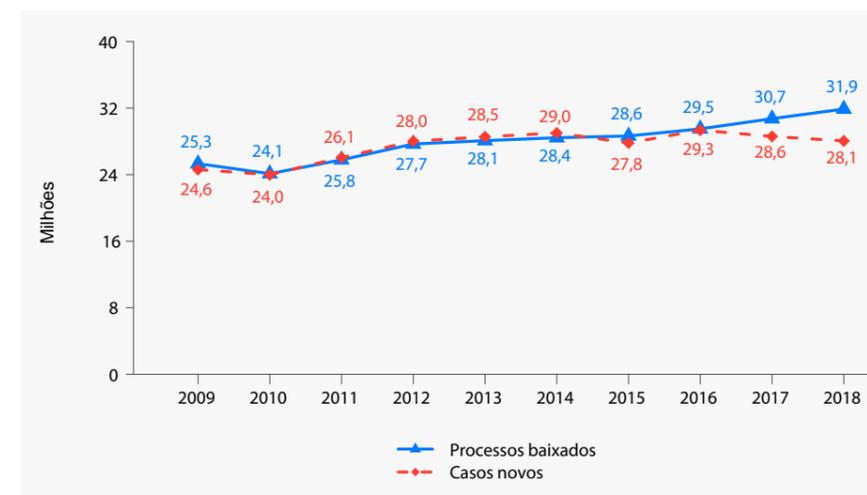
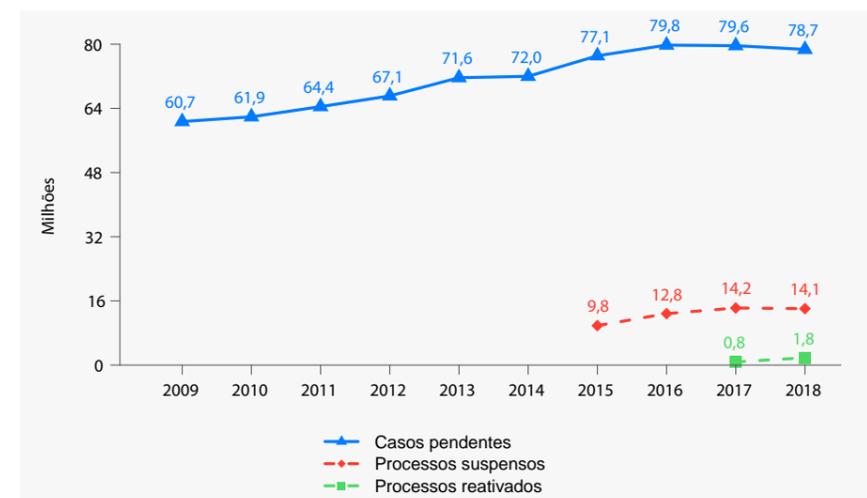
Movimentação processual

Pela primeira vez, o Relatório Justiça em Números indica que houve queda na quantidade de processos pendentes nos órgãos do Judiciário brasileiro. A redução do estoque indica que a Justiça solucionou mais processos que o número de ações ingressadas.

- O estoque de processos pendentes ao final de 2018, em todos os órgãos do Poder Judiciário, foi de 78.691.031 ações, o que representa queda de 1,2% em relação a 2017.
- O total de casos novos ingressados foi de 28.052.965 processos, o que aponta para redução de 1,9%.
- Por segmento de Justiça, destaca-se a redução em 861 mil processos ingressados na Justiça do Trabalho.
- O aumento de 3,8%, no número de processos baixados, totalizando 31.883.392, também impactou na queda histórica do acervo.
- O número de processos pendentes de execução fiscal caiu 0,4% em 2018. Foi a primeira redução em dez anos, totalizando 31.068.336 processos sem baixa.

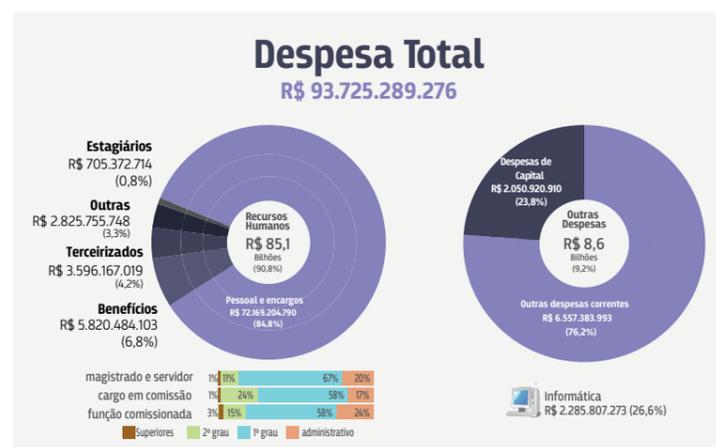
Processos pendentes em queda

Ao final de 2018, número de processos sem baixa era 1,2% menor que em 2017.



Recursos financeiros e humanos

O Relatório Justiça em Número 2019 também traz panorama das despesas e da força de trabalho do Judiciário.



Aumento da produtividade

A produtividade registrou os maiores valores já medidos nos últimos 10 anos, com crescimento tanto da produtividade individual (média por magistrado e servidor), quanto na global (total de baixados e de sentenças).

- Em 2018, houve aumento no número de processos baixados, que chegou a 31.883.392.
- A produtividade média dos magistrados cresceu em 4,2%, atingindo o maior percentual da última década, com média de 1.877.
- O número de sentenças também cresceu – em 2018, foram julgados quase 1 milhão de processos a mais do que no ano anterior (2017).
- O número de sentenças chegou ao ápice da série histórica: 32.399.651.
- Em média, cada juiz julgou quase 8 casos por dia útil do ano.
- Crescimento da produtividade ocorreu em todas as instâncias: 1º grau, 2º grau e tribunais superiores.



Julgamento de processos antigos

Os dados de tempo médio dos processos indicam que o Judiciário está conseguindo solucionar os processos mais antigos.

Os processos sem solução definitiva aguardam desfecho há, em média, 4 anos e 10 meses, valor que se tem reduzido ano após ano. Além disso, o tempo dos casos julgados e baixados cresceu, ou seja, foram julgados aqueles processos que estão parados há mais tempo e que são de mais difícil solução. Esse é importante efeito das Metas Nacionais, que, entre outras questões, determina priorização de resolução dos casos antigos por meio da Meta 2, em todos os segmentos.

- O tempo médio do acervo caiu de 5 anos e 6 meses em 2015 para 4 anos e 10 meses em 2018.
- O tempo médio até a sentença subiu de 1 ano e meio em 2015 para 2 anos e 2 meses em 2018.
- Nas Varas do Trabalho, o julgamento na fase de conhecimento é realizado em apenas 9 meses – mesma média dos Juizados Especiais Estaduais. Nos JEFs, a média é um pouco maior: 12 meses.
- No juízo comum, o tempo de julgamento nas Varas supera o tempo dos Juizados. Leva-se, em média, 1 ano e 10 meses para julgar um processo em fase de conhecimento nas varas federais e 2 anos e 4 meses nas varas estaduais.
- A execução é a fase mais demorada: são necessários, em média, 5 anos e 11 meses para dar baixa a um caso em execução e, assim, dar fim ao processo.

Prioridade na porta de entrada

A demanda processual por servidor lotado no segundo grau de jurisdição superou a demanda do primeiro grau, porta de entrada de demandas na Justiça brasileira. O dado representa os primeiros resultados da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, iniciada pelo CNJ em 2014.

- O 1º grau de jurisdição concentra 94% do acervo processual.
- Em 2018, o percentual de servidores do Judiciário no 1º grau foi de 85,5% do total de servidores de 1º e 2º grau. Para atender à política judiciária, deveria seguir a proporção dos casos novos, ou seja, 86,6% ao considerar somente os processos no 1º e 2º grau.
- A carga de trabalho do servidor da área judiciária do 1º grau ainda é quase dobro do servidor do 2º grau: são 602 processos por servidor do 1º grau para 312, na segunda instância.
- Os cargos em comissão e as funções comissionadas destinadas ao primeiro grau ainda não estão equivalentes

ao fluxo processual. No 1º grau, estão 70% dos cargos em comissão e 77% das funções comissionadas.

- Em agosto de 2019, o CNJ lançou o Painel de Acompanhamento da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, com dados semestrais sobre a aplicação das diretrizes. Acesse aqui: paineis.cnj.jus.br

Retrato da força de trabalho no 1º grau

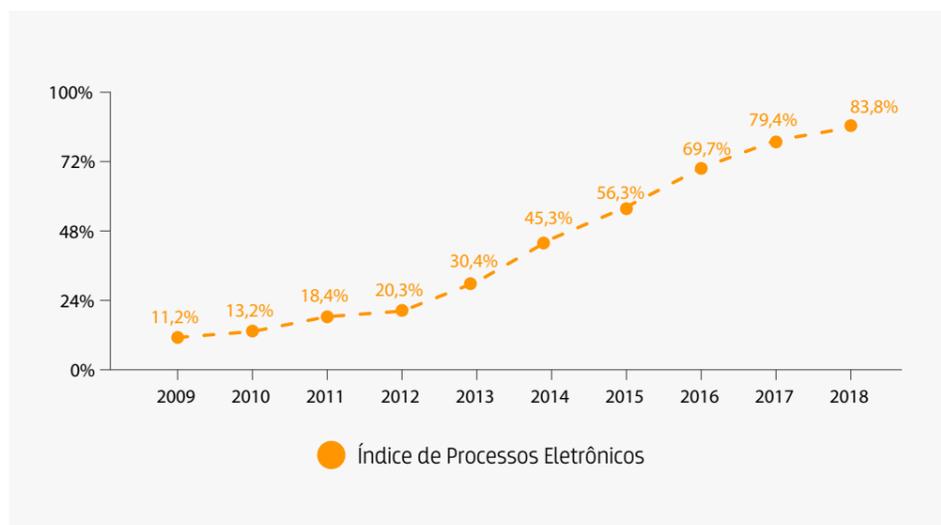


Justiça Eletrônica

A informatização dos procedimentos no Poder Judiciário prosseguiu em 2018 com a abertura de 20,6 milhões de casos por meio eletrônico, montante equivalente a 83,8% dos processos iniciados no ano. Em 10 anos cobertos pela série histórica do Relatório Justiça em Números 2019, observa-se o ingresso de 108,3 milhões de casos em formato eletrônico.

- Mais de 83% dos casos novos de 2018 foram peticionados eletronicamente. No período, os processos físicos ficaram reduzidos a 16,2% do total.
- A ampliação no uso do Processo Judicial Eletrônico (PJe) impulsionou a informatização da Justiça a partir de 2013, quando o percentual de processos eletrônicos ainda era de apenas 30,4%.
- Em dois anos, a informatização na Justiça Eleitoral saltou de 0% para 32,5%.
- Os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) registraram, em nível nacional, evolução homogênea e alcançaram índice de virtualização de 98%, com 100% de implantação no 1º grau.

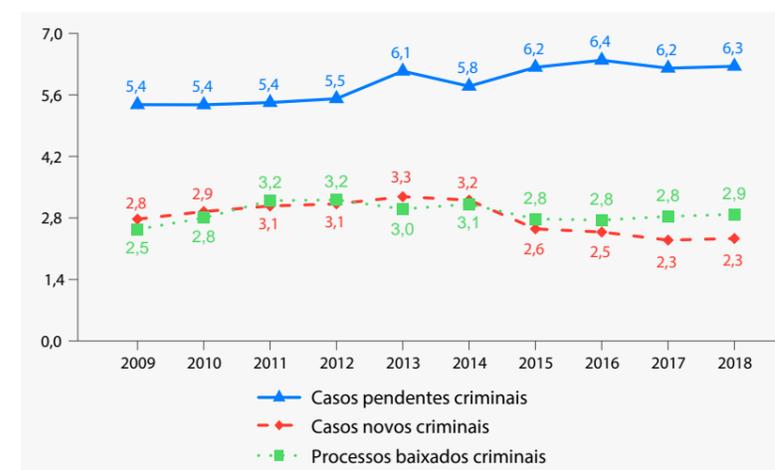
Série histórica do percentual de processos eletrônicos



Justiça Criminal

Em 2018, tramitaram na Justiça Criminal 9,1 milhões de ações, somados os processos pendentes e baixados, excluindo as execuções penais. Já o total de casos novos atingiu 2,3 milhões. Ao contrário do que se observou nos demais tipos de ação, o acervo de processos criminais cresceu, com alta de 0,7% em relação ao ano anterior (2017).

- 96,4% do total dos processos criminais tramitam na Justiça Estadual. É o segmento mais representado: soma 7,5 milhões de processos, sendo 6 milhões em fase de conhecimento de 1º grau ou em tribunais; e 1,5 milhão em execuções penais.
- Dos casos novos, 1,6 milhão (60%) se refere à fase de conhecimento de primeiro grau.
- 2,9 milhões de processos criminais foram baixados, não computadas as execuções penais, que permanecem no acervo até o término do cumprimento das penas impostas.



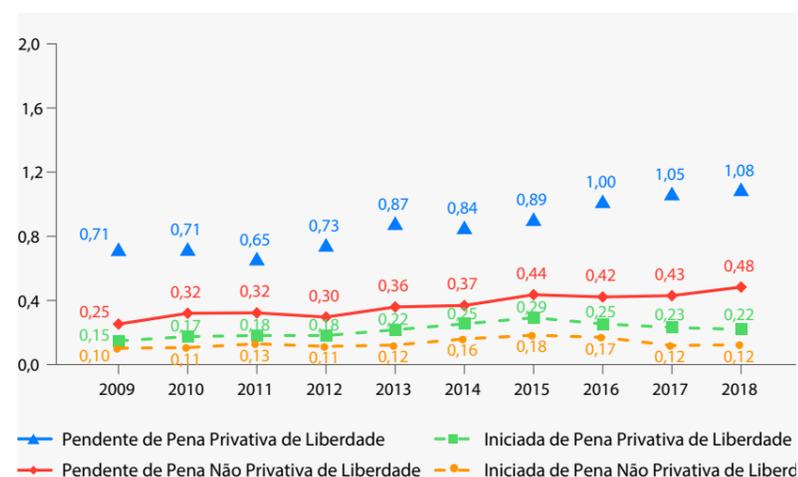
Tempo do processo

No primeiro grau, em média, o tempo de tramitação na fase de conhecimento do processo criminal é maior que o não criminal em todos os ramos de Justiça. Enquanto na Justiça Estadual o tempo médio de tramitação de uma ação não criminal no primeiro grau é de 2 anos e 5 meses, na esfera criminal, ela sobe para 3 anos e 10 meses. Na Federal, a primeira instância leva 1 ano e 11 meses para analisar um processo não criminal e 2 anos e 3 meses para o criminal.

Cumprimento de pena

Ao final de 2018, havia 1,6 milhão de execuções penais pendentes. Ao longo do ano, foram iniciadas 343 mil execuções.

- A maioria das penas aplicadas – 63,9% – foi do tipo privativa de liberdade, com 219,3 mil execuções.
- Entre as penas não privativas de liberdade – as penas alternativas –, 94,2% ingressaram no juízo comum e 5,8% nos juizados especiais.



Conciliação

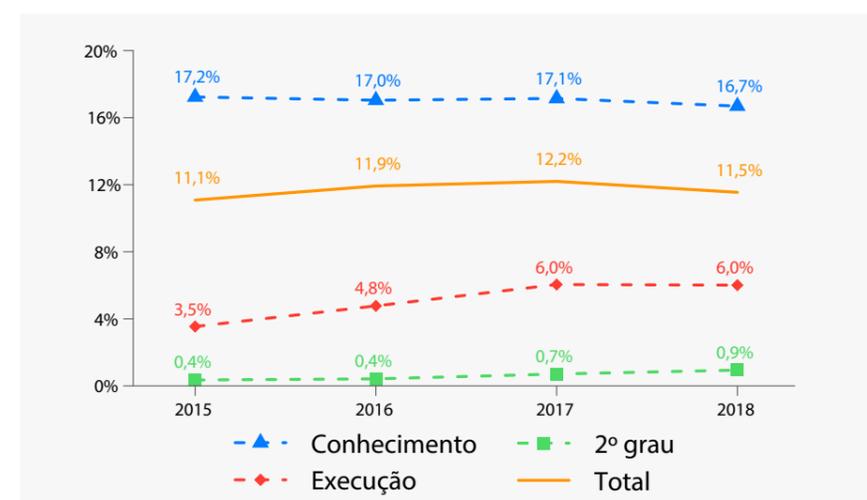
Em 2018, 4,4 milhões de sentenças homologatórias de acordos foram proferidas pela Justiça, sendo 3,7 milhões de sentenças na fase processual e 700 mil na fase pré-processual, ou seja, foram conciliados 12% de todos os processos julgados na Justiça brasileira.

O segmento que mais promoveu conciliações no decorrer de 2018 foi a Justiça do Trabalho, que solucionou 24% de seus casos por meio de acordo. Considerando somente a fase de conhecimento de 1º grau, a de maiores chances de se efetivar um acordo, a resolução dos conflitos por meio da conciliação neste segmento atinge 39,1% dos processos julgados.

Ao comparar o índice de conciliação total (incluindo os procedimentos pré-processuais) com o índice aferido apenas na fase processual, na Justiça Estadual, o índice de conciliação se mantém constante, observando o total do segmento (10,4%). No ano passado, a Justiça Estadual contava com 1.088 Centros Judiciários de Resolução de Conflitos e Cidadania.

A Justiça do Trabalho é a de maior impacto pelos procedimentos pré-processuais, passando de 24% para 31,7%. Na Justiça Federal, os indicadores aumentaram para todos os TRFs, registrando, no total, elevação de 1,1 ponto percentual.

A série histórica do índice de conciliação tem se mantido constante.



Especialização de varas e juizados

Capítulo inédito do Relatório Justiça em Números 2019 com algumas informações até então não apuradas.

- Grande quantidade de juízos únicos na Justiça Estadual, presente em 33,6% dos municípios brasileiros e 69% das comarcas.
- Na execução fiscal, a especialização já concentra quase todos os processos em tramitação, pois 92% do acervo estão em Varas de Execução Fiscal e/ou Fazenda Pública. Apenas 8% tramitam em varas cumulativas. Nas demais competências, a realidade é inversa.
- A violência doméstica possui 131 varas (número que vem crescendo anualmente), mas nelas tramitam menos da metade dos processos (37%). Infância e juventude, direito de família e violência doméstica são as três especialidades com menor congestionamento, entre as competências analisadas.
- Na área criminal, apenas 34% das execuções penais em tramitação estão nas Varas de Execução Penal (VEPs).
- Nas Varas de Execução Fiscal, tramita a média de 54 mil processos por Vara. As unidades judiciárias especializadas com menor acervo médio são: Varas do Tribunal do Júri (média de 989); infância e juventude (média de 1.231) e demais exclusivas criminais (1.410).

